

1

Introdução

Minha trajetória como pesquisadora se inicia, ainda como graduanda do curso de Psicologia, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Esta experiência, como estudante de graduação, esteve permanentemente atravessada pela pesquisa acadêmica. Atribuo a esta última a possibilidade de uma formação mais política e crítica.

Em meio a este percurso – enquanto detinha-me na busca de uma perspectiva psicológica através da qual direcionaria meu estudo e minha prática profissional –, a experiência como estagiária e pesquisadora (junto a uma equipe de estagiários supervisionada por profissional), numa escola da rede estadual de ensino do Rio de Janeiro¹, convenceu-me de que, a Psicologia, na sua perspectiva essencialmente clínica, não seria capaz, por si só, de dar conta das demandas que se apresentavam naquele contexto. Deparei-me com um quadro em que o profissional de Psicologia (inexistente até o momento da entrada de nossa equipe à instituição) encontrava-se desacreditado e o corpo docente, em um certo sentido, reticente à sua contribuição.

É necessário, então, indagarmo-nos sobre a atuação deste profissional em escolas nos últimos tempos. Em certos casos, o psicólogo, quando não incorpora o papel de especialista, detentor absoluto da verdade, faz uso de uma prática que rotula, que estigmatiza e patologiza a infância, no momento em que esta não se enquadra no modelo familiar eleito como padrão, ainda que este não seja representativo dos modelos majoritários de organizações familiares contemporâneos.

Entretanto, a demanda pela contribuição da Psicologia é, na atual conjuntura, mais urgente do que nunca. Sua rejeição por aquele contexto escolar decorria, sobretudo, por conta de uma atuação da Psicologia que, da maneira como se vinha mostrando, teria tido a oferecer pouco no enfrentamento de problemáticas relativas aos sujeitos inseridos em espaços sócio-culturais distintos daqueles apregoados pela lógica dominante.

Por conseguinte, as representações que freqüentemente têm sido construídas pela sociedade mais amplamente – quer influenciadas pelo aparelho midiático, quer pelos que

¹ Escola da Rede Estadual de ensino que atendia estudantes dos ensinos fundamental e médio e em grande maioria residentes nas comunidades mais próximas.

desconhecem a realidade mais concretamente (ou por ambos) –, associam os moradores de espaços populares imediatamente à violência. Do mesmo modo, os jovens oriundos destes espaços são vistos usualmente como propensos e vulneráveis à marginalidade, ainda que estatisticamente se demonstre que a porcentagem de jovens que ingressa no tráfico de drogas é infinitamente inferior à da população residente nas comunidades. Reduzindo as comunidades populares ao estereótipo de “violentas”, torna-se invisível a grande massa de sujeitos que lá vive, nas suas lutas e potencialidades. Estes sujeitos criam trajetórias e alternativas inusitadas como forma de escapar da lógica dominante que insiste em mantê-los à margem da sociedade.

Como estagiária de psicologia no CIEP, atuando com base numa perspectiva institucional em que o trabalho se realiza e se constrói coletivamente e em função do que se descortina como demanda no cotidiano, pude entender a escola como um espaço de construção de sentidos, em que várias frentes, o corpo docente, a direção, os funcionários, a comunidade externa e o corpo discente, interpelam-se cotidianamente. A subjetividade dos alunos é construída nesse “embate” (ou rede de forças) e os mesmos estudantes intervêm de modo criativo neste espaço como agentes e, ao mesmo tempo, sendo produtos dele. Estar em sala de aula com os jovens me fez percebê-los nas suas expectativas e ações. Trazer à tona suas experiências e conhecê-las mais profundamente tornou-se, para mim, foco de grande interesse.

A minha convivência com este público se estreitou ainda mais com a experiência, já como profissional, no Programa Bolsa de Iniciação ao Trabalho/PBIT, no Setor de Recursos Humanos da UERJ. Neste programa, uma equipe multidisciplinar, da qual eu fazia parte, dedicava-se a subsidiar a primeira experiência profissional de jovens de baixa renda, desta vez em uma perspectiva sócio-educativa.

O interesse em conhecer, mais detidamente, os processos de subjetivação destes jovens, torna-se imperativo quando minha trajetória profissional é atravessada pelo convívio nas próprias comunidades populares. Primeiramente, na comunidade do Jacarezinho (Zona Norte do Rio de Janeiro) com um projeto independente, em parceria com outra profissional, com a finalidade de fornecer subsídios para o enfrentamento de uma realidade cada vez mais presente: as adolescentes que vivenciam a gravidez inesperada.

Posteriormente, e mais de perto, no Complexo da Maré, atuando como profissional em organizações não-governamentais de origem popular².

Em minhas andanças nas comunidades da Maré, acompanhei um cenário cotidiano de dificuldades, mas também de lutas e de sucessos: 1) moradores que driblam com estratégias coletivas as ausências de políticas públicas, especialmente para os jovens, criando maneiras de sanar os problemas desencadeados por essas lacunas; e 2) a educação sendo vista como ferramenta de transformação social (é o caso dos jovens que ingressam nas Universidades através dos cursos pré-vestibulares comunitários, formando uma rede de comunicação que motiva outros jovens a seguirem o mesmo caminho). São dificuldades no percurso, mas também táticas coletivas para burlar esses obstáculos que se fazem presentes a todo o momento.

Minha trajetória profissional – junto às comunidades populares – vem suscitando questionamentos e indagações acerca da contribuição da Psicologia no sentido de diminuir as diferenças sociais, desconstruir estereótipos e dar subsídios para que estes sujeitos possam minimizar seus sofrimentos e, ainda, serem reconhecidos como parte da sociedade, com suas idiossincrasias, culturas próprias e potencialidades.

Ora, a organização social no capitalismo avançado, com os modelos e valores que dissemina, afeta todos que nele vivem, independentemente do poder aquisitivo, da realidade sócio-econômica ou, ainda, da localidade de moradia. Entretanto, isto se dá de modos diferenciados. A cidade do Rio de Janeiro, com sua geografia, aproximando favelas e condomínios de luxo, abriga jovens de várias “classes sociais” – se é prudente o uso desta expressão –, que ora se fazem distantes, ora se aproximam, não só em função dos locais de circulação na cidade, como em termos de valores, expectativas, modos de relação. Trata-se de pessoas que circulam na mesma cidade de modos particulares, atravessados pela cultura própria de determinados espaços de sociabilidade e que, além do mais, criam suas próprias trajetórias.

Neste sentido, interessei-me em investigar os modos de circulação, participação e interação de jovens na cidade do Rio de Janeiro, levando em conta a diversidade e pluralidade de modos de ser/estar na cidade – uma pluralidade como produto de contextos sociais diversos (pautados em realidades sócio-econômicas também distintas).

² Ceasm – Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré e Observatório de Favelas.

A PUC-Rio, Universidade privada de ensino e com maioria de estudantes provenientes das camadas mais favorecidas (economicamente) da população carioca, tem recebido alunos de baixa renda através da concessão de bolsas de estudos integrais. Trata-se de uma proposta pioneira na Universidade, logo com as peculiaridades de um projeto em construção. A entrada de jovens de espaços populares e bolsistas na PUC-Rio tem propiciado a emergência de um cenário de convivência com a diferença, em que trajetórias de vida extremamente distintas seriam confrontadas diariamente e, ainda, implicando o redimensionamento de valores e modos de relacionar-se, entre outros aspectos. Faz-se então, em definitivo, a escolha do campo e do objeto a ser investigado. O tema-base da pesquisa consistiria, então, nos modos como os jovens de espaços populares, oriundos dos cursos pré-vestibulares comunitários, vivenciam a experiência de serem estudantes universitários da PUC-Rio.

A escolha deste campo de investigação se deve, contudo, ainda, à contribuição que uma pesquisa desta natureza teria a oferecer a esta Universidade, trazendo questionamentos (e problematizações) importantes para o seu próprio cotidiano, assim como, também, para os próprios jovens.

Ora, antes de adentrar propriamente no campo, foi necessário estabelecer a proposta metodológica que nortearia o processo, que, por sua vez, necessitaria estar fundamentada em concepções específicas. Portanto, fez-se categórico clarificar os paradigmas que embasariam o olhar sobre o campo, a relação que o pesquisador travaria com ele e, mais à frente, a análise do material obtido.

Um deles diz respeito à categoria ‘juventude’. Valho-me do pensamento de Carrano (2001) para introduzir a concepção de juventude que pauta esta pesquisa:

Os jovens não são recipientes vazios nos quais se deposita o patrimônio cultural das gerações adultas (...). Eles são artífices do processo educativo e cultural, assim como também são produtos da complexidade social contemporânea. (p.21)

Várias pesquisas têm sido realizadas no campo da psicologia dando ênfase a outras formas de compreensão da juventude dissociadas das que a cristalizam em estereótipos embasados em pressupostos biológicos.

Para exemplificar, podemos citar Coimbra e Nascimento (2003), que pontuam que a concepção biomédica tem atribuído a “mudanças hormonais, glandulares e físicas” a responsabilidade por características “próprias de jovens”. Atributos como: “entusiasmo, vigor, impulsividade, rebeldia, agressividade (...)” (p.20) têm sido remetidos aos jovens numa perspectiva generalista. Reduzindo-os a estigmas, desconsidera-se o contexto social que os circunda, além de suas potencialidades e criações.

Castro (2001), por sua vez, comenta a frequência com que os jovens são lembrados nas experiências de cunho negativo. Considera ela imprescindível vislumbrar os modos como jovens e crianças, enquanto categoria social, e dentro da lógica da sociedade de consumo capitalista, fazem sentir sua presença nas metrópoles brasileiras. É nesta perspectiva que propõe, através do texto “Crianças, jovens e cidades: Vicissitudes da convivência, destinos da cidadania” uma discussão sobre os modos de circulação de jovens e crianças em três cidades urbanas brasileiras, as formas de interação e convivência com a diferença, ou seja, como os sujeitos sociais lidam e entendem as diferenças sociais e como convivem com estas nos contextos urbanos brasileiros, cada qual com suas especificidades.

Unindo nossos esforços aos destes e de outros teóricos, no sentido de contribuir para potencializar ações, desconstruir estereótipos, entendemos a juventude dissociada de uma perspectiva desenvolvimentista que a reduz a uma fase de transição, antecedente à fase adulta e posterior a da infância. Não se trata de entendê-la como uma categoria estanque ou generalista. O jovem aqui é visto como um sujeito capaz de agir no momento presente, inserido num contexto social específico, com suas posturas e modos de subjetivação singulares, que são afetados e afetam o espaço social em que circulam.

Iulianelli(2003) propõe o entendimento de ‘protagonismo juvenil’ como:

(...) ações juvenis coletivas e participantes - nelas se constroem a autonomia dos participantes e o envolvimento da coletividade com a ação. Esse modelo de ação, por conseguinte, não supõe um mecanismo de geração de lideranças individuais, indivíduos líderes (elites), mas a geração de participação e cooperação social. (...)a questão central é da construção da cidadania e da participação. (p.71)

Seguindo essa linha de pensamento – e considerando o processo de criação e de participação como fundamental na construção da subjetividade dos indivíduos –, Jobim e Souza (1997/98), falando sobre a relação adulto-criança, propõe:

(...)re-significar os lugares sociais normalmente assumidos nas relações entre adulto e criança.(...) Ao invés de adotarmos uma postura de valorizar o conhecimento do adulto

como superior ao da criança, entendemos que ambos – tanto o adulto quanto a criança – apresentam possibilidades distintas de compreensão das experiências que compartilham, as quais devem ser igualmente valorizadas e devidamente analisadas. (...) Isto significa dizer que os sentidos que emergem de um mesmo objeto cultural, quando articulados e confrontados nas interações sociais entre adultos e crianças, podem pontuar questões absolutamente novas sobre o papel das gerações para uma compreensão crítica das transformações culturais. (p.84)

As observações precedentes nos encaminham a uma discussão mais detida acerca do tema ‘subjetividade’. E é exatamente este o próximo paradigma a ser trazido.

Miranda(2005), no texto “Subjetividade: A (Des)construção de um Conceito”, discute o conceito de subjetividade, propondo um novo olhar sobre o tema. De acordo com a autora, o paradigma subjetivo, pautado em determinados discursos psi, tem sido comumente relacionado a uma dimensão psicológica interior ao sujeito, como uma “subjetividade individualizante, prisioneira de uma interioridade.” Completa ainda Miranda: “O discurso sobre o indivíduo ocidental vem ajudando a produzir uma subjetividade essencializada, individualizada, ou, segundo Guilhon Albuquerque(1988), substancial(...)”(p.31).

Contrapondo-se a isso a tudo, Miranda (2005) denuncia uma atuação do profissional de Psicologia que, segundo as demandas de segmentos institucionais como empresas, escolas e outros, trabalha no sentido de criação e aplicação de dispositivos com a pretensão de promover um ‘perfeito gerenciamento da subjetividade’, o que acaba por excluir os vetores sociais, políticos, econômicos e outros, que atravessam e interferem permanentemente na experiência cotidiana dos indivíduos. É neste sentido que propomos abordar o tema da subjetividade, tratando-a consoante com as perspectivas de autores como Deleuze, Foucault e Guattari, procurando entendê-lo: “no entrecruzamento de diversos fatores que vão desde o romance familiar até o desenvolvimento tecnológico operante em nosso século.”(Miranda, 2005: p.31)

Na perspectiva foucaultiana, o sujeito se constitui dentro de um determinado campo de saber, o que não significaria considerá-lo na sua dimensão meramente objetiva ou tê-lo como inexistente (Miranda,2005). Miranda explica que Foucault

Coloca sujeito e objeto num campo de relações onde são formados e transformados mutuamente. Ao invés de universais antropológicos que se aproximam de uma natureza humana, uma espécie de a priori da condição humana, Foucault(1979) imprime uma desnaturalização, através do método genealógico, analisando as condições de existência e experiência deste sujeito historicamente localizado. (2005: p.33)

De acordo com Miranda(2005), Guattari pensa numa “multiplicidade dos agenciamentos de subjetivação”. A partir desta concepção, “a subjetividade é essencialmente fabricada e modelada no registro do social.(Guattari e Rolnik, 1996: p.31 In: Miranda, 2005: p.35).

Os conceitos de identidade, individualidade e subjetividade – por vezes confundidos quanto às suas significações –, são abordados ainda pela autora e merecem ser mencionados para que se tenha clareza dos conceitos paradigmáticos usados como esteio para a realização desta pesquisa. É com esta intenção que destaco um trecho de seu texto em que os três conceitos são trazidos e diferenciados à luz de Guattari, qual seja:

A identidade, segundo Guattari, frequentemente está ligada a algum tipo de reconhecimento, seja ele individual ou coletivo, a um quadro de referência que perpassa enquanto identificação do indivíduo – nome, filiação, impressão digital – ou quanto ao processo de identificação freudiano: “... a identidade é aquilo que faz passar a singularidade de diferentes maneiras de existir por um só e mesmo quadro de referência identificável. (Guattari e Rolnik, 1986: p.68-69 In: Miranda, 2005: p.37/38). A subjetividade de um indivíduo diz respeito menos à identidade e mais à singularidade, isto é, à possibilidade de viver a existência de uma forma única, no entrecruzamento de diversos vetores de subjetivação. Por outro lado, a singularidade não está circunscrita somente ao indivíduo, mas há singularizações presentes nos grupos ou em instituições. Portanto, a subjetividade de um indivíduo é marcada menos por uma etiqueta identificatória do que pela diversidade, pela heterogeneidade dos modos que ela pode assumir. (Miranda,2005: p.37/38).

Na mesma direção destes autores e de Miranda (2005), priorizamos um conceito de subjetividade que se encontra não-somente na dimensão interna do indivíduo mas também no social, “sem necessariamente se confundir com este.”(p.38)

Trata-se de entender a subjetividade como sendo produzida por uma multiplicidade de vetores e assumindo uma pluralidade e diversidade de formas. Estes vetores são caracterizados por Miranda(2005) como instâncias que podem ser individuais, coletivas e institucionais, não estando estas em postos hierarquicamente diferenciados.

Vale ressaltar a complexidade do tema em questão e impossibilidade de esgotá-lo neste momento. Contudo, não podemos deixar de definir os conceitos e situar o leitor nos parâmetros teóricos que nortearam a pesquisa.

Outro conceito que merece ser trazido é o de Deleuze e Guattari denominado “linhas de fuga”, destacado por Miranda(2005). Sua importância aqui neste trabalho se deve também à proximidade com a perspectiva de Certeau(2004) quando este autor trabalha

com os conceitos de ‘táticas’. O que estes autores chamariam de ‘linhas de fuga’, consistiria em

Processos criativos que produzem um desvio, uma diferença na mesquinha do ‘sempre-igual’”. (Guatarri, 1994 In: Miranda, 2005: p.43) (...)trata-se de perceber que, apesar de todo caráter massificador e homogeneizante da cultura de massa e da sociedade de consumo inscrito na subjetividade, traduzido em termos de uma subjetividade capitalística há a coexistência de fluxos que tendem a escapar, por estarem sob um regime de multiplicidade, permitindo atravessamento de forças heterogêneas. (Miranda, 2005: p.43)

No caso das contribuições de Certeau(2004), essas se justapõem à proposta de Deleuze e Guattari (*op cit*) quando o primeiro aponta para o fato de que, em meio a um espaço visível, controlado, regrado e planejado, coexistem ‘maneiras de fazer’ criativas dos sujeitos nele inseridos, que surgem a todo momento, sem planejamento prévio e, que fazem da cidade racionalizada e supostamente controlada um espaço do imprevisível e do inédito. Tratam-se das “maneiras de fazer” criativas das quais faz uso o sujeito-caminhante em seu cotidiano para burlar empecilhos e possíveis entraves, re-inventando o espaço, na sua lógica de funcionamento, de modo a garantir sua sobrevivência, resistir e subverter a lógica dominante. Nas suas próprias palavras:

(...)se é verdade que existe uma ordem espacial que organiza um conjunto de possibilidades (por exemplo, por um local por onde é permitido circular) e proibições (por exemplo, por um muro que impede prosseguir), o caminhante atualiza algumas delas. Deste modo, ele tanto as faz ser como aparecer. Mas também as desloca e inventa outras, pois as idas e vindas, as variações e as improvisações da caminhada privilegiam, mudam ou deixam de lado elementos espaciais. (Certeau,2004: p.177/178)

Tais pressupostos se aplicam à discussão sobre subjetividade que aqui se faz presente, uma vez que, de volta à Miranda: “Se o assujeitamento traduz uma homogeneidade da subjetividade capitalística, a possibilidade da singularização encontra-se exatamente na criação, na abertura para a heterogeneidade.”(p.44)

Concordamos com o entendimento de ‘subjetividade’ enquanto processo, sob uma perspectiva relacional, conforme propõe Castro (2001), assim como seu entendimento de ação humana “não como desempenho e comportamento, mas como simbolização crítica do sujeito humano” (p.28).

Uma vez que se tenha tentado clarificar a trajetória que levou o pesquisador a chegar ao objeto de análise que, por sua vez, motivou a elaboração desta pesquisa, além dos paradigmas teóricos que teriam alicerçado e, respaldado, o campo de investigação, nos seus

processos metodológico e analítico, faz-se necessário, neste momento, apresentar o modo como este trabalho se estruturou, nos seus objetivos e principais temáticas abordadas.

O presente trabalho se organiza, então, basicamente em quatro capítulos. O primeiro '*A Universidade: Tendências Mundiais e o Caso Brasileiro*', tem por objetivo realizar um levantamento (e mapeamento) do contexto sócio-político que vem acompanhando o cenário educacional brasileiro, desde seu início até a época atual, apropriando-se de autores e estudiosos que vêm-se debruçando sobre esta temática e outras, afins. O debate sobre a política de reserva de vagas para afro-descendentes e/ou alunos de escolas da rede pública de ensino nas Universidades estaduais e federais, nos seus embates e tensões, foi um dos importantes aspectos abordados. A intenção seria a de situar (e contextualizar) o caso de uma política de ação afirmativa inaugurada na PUC-Rio – o Programa de Ação Social – dentro do contexto mais amplo da educação brasileira, dos últimos tempos.

O segundo capítulo intitula-se *O programa de Ação Social da PUC-Rio: Vozes da Instituição* e teve por finalidade apresentar um panorama do Programa de Ação Social implementado na PUC-Rio. Trata-se de um caso de ação afirmativa em uma instituição privada de ensino que, desde 1994, vem concedendo bolsas de estudos integrais para estudantes de espaços populares aprovados no processo seletivo do vestibular. Para tanto, foram entrevistados alguns atores sociais que participaram da idealização e concretização do projeto e que, ainda hoje, vêm acompanhando o percurso desta experiência no contexto acadêmico. Neste caso, este capítulo trará, por intermédio das vozes da instituição, a experiência dos estudantes-bolsistas – desde os primeiros do projeto até os que atualmente compõem o alunado da Universidade –, nas suas tensões, impasses, sucessos e perspectivas para o futuro.

O terceiro capítulo, *Relatos e Reflexões de um Pesquisador-Itinerante*, propõe-se a retratar e mapear o caminho percorrido pelo pesquisador, em suas andanças itinerantes pelo campo de pesquisa – neste caso, a própria PUC-Rio. Neste momento, buscou-se trazer à tona todo o trajeto percorrido pelo pesquisador no campo, na sua metodologia, em suas contrariedades e questões que, porventura, tenham emergido. A opção pela busca aleatória de estudantes-bolsistas, para a participação nas entrevistas, acaba tornando-se a própria “bússola” a partir da qual se delineará toda a caminhada. Mais do que isso, o traçado e/ou itinerário descortinado, trouxe consigo sinalizadores sobre as vivências do jovem no

cotidiano da Universidade. O capítulo teria, então, por proposta central, trazer o olhar da pesquisadora sobre o cotidiano do jovem, bem como sobre a própria Universidade. (esta sendo visualizada enquanto cenário que agrega as histórias dos jovens, as suas próprias e, as de muitos outros atores sociais).

Finalmente, o quarto – e último – capítulo se encarrega de apresentar as experiências dos estudantes, porém, desta vez, apropriando-se de suas próprias vozes. As treze (13) entrevistas realizadas, envolvendo vinte e oito (28) graduandos/bolsistas da Universidade – provenientes, ainda, de diferentes cursos e áreas do conhecimento –, foram analisadas e, estruturadas, sob a forma de categorias. Estas foram, neste momento, trazidas e, debatidas, à luz tanto das vozes dos próprios entrevistados, quanto das de alguns autores e estudiosos sobre algumas temáticas que dali se delineiam. O principal objetivo deste último capítulo seria, portanto, conhecer os modos como alguns destes jovens têm vivenciado esta experiência, analisando-os a partir de seus próprios relatos.

Alguns autores e estudiosos foram evocados, na tentativa de compreender e analisar, mais pormenorizadamente, alguns aspectos suscitados a partir destas vivências (conhecidos, por sua vez, pelas falas dos próprios jovens).

Todos os capítulos, de um modo ou de outro, tiveram a intenção de trazer à tona a experiência dos jovens na PUC-Rio, ainda que, sob prismas diversos e através de escrituras que assumiram formatos bastante variados.

Então, aspira-se a que – tomando de empréstimo os olhares dos vários atores aqui evocados – sejamos capazes de refletirmos e de propormos alternativas que possam vir, efetivamente, a promover transformações.